

Martin Coy

Entre a Globalização e a Regionalização. Efeitos da Modernização, Conflitos de Interesse e Fatores Determinantes do Desenvolvimento Regional Sustentável no Espaço Rural Brasileiro

1. Introdução

Ao observarmos o desenvolvimento e a distribuição da população no Brasil, temos a nítida impressão de que o espaço agrário vem perdendo significado perante o urbano. Enquanto em 1960, 55 % dos brasileiros ainda moravam no campo, em 1996 eram apenas 22 %. Desde a década de 70 a população rural também diminuiu em números absolutos: somente entre 1991 e 1996 essa diminuição chegou a quase 2 milhões (IBGE 1999). Poderíamos afirmar, então, que isso seria um indício de que o espaço rural brasileiro está se tornando, aos poucos, uma *quantité négligeable* dentro de um país urbano?

Uma série de fatores são contrários a essa suposição. A agricultura, assim como a agroindústria, sempre apresentaram grande importância no que diz respeito ao produto social e às exportações do país. Da mesma forma, a aparentemente clara estatística demográfica esconde que a tradicional oposição entre campo e cidade é substituída, nas palavras de Milton Santos, por uma bipolaridade entre *Brasil agrícola* e *Brasil urbano* (Santos 1993), implicando em uma interdependência cada vez maior dos espaços de vida e de produção urbano e rural. Apesar disso, ou exatamente devido a essa mudança, o espaço rural também continua sendo o palco dos conflitos sociais de maior relevância (Oliveira 1988). A relação contraditória entre globalização e regionalização evidencia esse contraste no espaço agrário, através da orientação funcional para os mercados externos por um lado, e da economia de sobrevivência por outro, sendo esta organizada primordialmente de forma territorial. O futuro do espaço agrícola permanece, portanto, socio-econômico e ecologicamente problemático, uma vez que se trata do equilíbrio entre a produção econômi-

ca a longo prazo, a reprodução social e a proteção dos recursos, que, no âmbito da modernização das últimas décadas, foi totalmente desprezado.

Nesta contribuição, buscaremos esclarecer a modernização agrícola e suas consequências gerais, expondo o exemplo da produção de soja e os conflitos sociais presentes no espaço rural. Em seguida, tentaremos mostrar os fatores determinantes e os elementos básicos de um desenvolvimento socio-econômico e ecologicamente sustentável.

2. A «modernização conservadora» no setor agrário brasileiro

A mudança estrutural na agricultura e no espaço rural brasileiros é fruto da modernização promovida pelo Estado nas últimas três décadas, que teve suas origens ideológicas na Revolução Verde (Martine/Garcia 1987). Fundamental aqui foi um instrumentário agrário e político-regional (Goodman et al. 1985), que, por sua vez, está baseado nos três seguintes pilares (cf. Fig. 1):

1. Na introdução de preços mínimos e de uma política de créditos subvencionados.
2. Na instituição da pesquisa agropecuária estatal e dos serviços de assistência técnica e extensão rural, a fim de desenvolver e difundir inovações agrário-tecnológicas.
3. Em programas especiais para a incorporação de regiões periféricas ou com objetivos setoriais, tal como, através da promoção da cultura de cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível.

Além disso, observam-se transformações no setor agrário e no espaço rural como um todo, as quais resultam de mudanças estruturais e sócio-econômicas, como a industrialização e a urbanização, e de esforços que visam melhorar a infraestrutura. Prioritário na política agrária foi a promoção do aumento do output da agricultura, assim como o incentivo da orientação do setor agrário para o mercado, mas principalmente para a exportação. Neste sentido, a introdução de novos produtos de exportação e de inovações tecnológicas de crescente produtividade apresentaram importância especial. Deste contexto resultam os chamados Complexos Agroindustriais, nos quais foram reunidos a produção de implementos agrícolas, a comercialização e o processamento de produtos agrícolas de grande peso no mercado, o que levou a uma estreita relação entre a modernização agrícola e a industrialização. De um modo geral, podemos afirmar, então, que as consequências econômicas da modernização cor-

respondem a uma expansão da produção capitalista na agricultura (Coy/Lücker 1993: 21-47).

Em consequência disso, o setor camponês tradicional, que sempre havia sido responsável por uma grande parte da produção dos gêneros alimentícios, foi progressivamente deixado de lado, resultando numa diminuição da segurança alimentícia endógena (Windfuhr 1997). Neste contexto, as consequências sociais da modernização da agricultura causaram, sobretudo, o agravamento das disparidades sociais no espaço rural, além do aumento da concentração da propriedade. Esta, por sua vez, gerou uma pressão ainda maior da concorrência, resultando na quebra de muitos estabelecimentos familiares camponeses, já que a introdução da cultura mecanizada de novos produtos levou a substituição das tradicionais relações de trabalho e arrendamento, que absorviam enorme contingente demográfico do próprio campo (para o exemplo do Paraná cf. Kohlhepp 1991). Desse modo, um enorme contingente das camadas rurais inferiores foi deslocado para as cidades. Desse contingente resultam os denominados bóia-frias, os quais correspondem a uma típica expressão da modernização agrícola brasileira.

Figura 1: "Modernização conservadora" na agricultura brasileira



De uma forma geral, nota-se que as disparidades regionais e agrário-estruturais, desde sempre existentes, de forma alguma diminuíram, muito

pelo contrário, acentuaram-se consideravelmente. Contudo, uma reforma agrária a fim de eliminar esses inconvenientes nunca foi seriamente empreendida, e, exatamente por isso, fala-se em «modernização conservadora». Em seu lugar, propagou-se a colonização agrária como suposta alternativa, o que significou a exploração de terras virgens nas regiões pioneiras da Amazônia e do Centro-Oeste, com as já conhecidas consequências sócio-econômicas e ecológicas (Coy 1988; Coy/Lücker 1993).

Portanto, sob a influência das condições políticas e econômicas gerais, o papel do Estado no setor agrário se modificou nitidamente nas últimas décadas. O desenvolvimento do crédito agrário estatal é, aqui, um exemplo. Os anos setenta, por exemplo, foram particularmente caracterizados por altos investimentos em modernização, por meio de um sistema de crédito subvencionado. Contudo, desde os anos 80 o volume do crédito estatal praticamente retrocedeu ao valor da situação inicial da política de modernização devido às imposições da política de reajuste econômico e de esforços que visam a desregularização estatal. Principalmente os camponeses, para os quais existiam programas especiais de crédito durante toda a década de 70, tiveram que arcar com as consequências desse recuo do Estado. Entretanto, também os estabelecimentos rurais modernos, que dependem do crédito para investimentos necessários e para o financiamento de sua produção, saem prejudicados, uma vez que encontram-se, atualmente, em alto risco de endividamento, dependendo dos bancos privados, que conferem seus créditos de acordo com as condições de mercado.

A orientação para fora do setor agrário brasileiro sempre foi um dos principais objetivos da «modernização conservadora» (Becker, Egler 1992). Nesse sentido, quando observamos a composição da exportação nacional, percebemos que, através de produtos agrários e agroindustriais, um terço do valor de exportação brasileiro sempre é contabilizado - mesmo em caso de um desenvolvimento desfavorável dos mercados agrários mundiais (IBGE 1999). Avaliando, com o passar do tempo, a composição dos produtos agrícolas exportados, constatamos que o valor da exportação dos produtos da soja (principalmente os seus subprodutos foram exportados), que apresentou um forte crescimento desde os anos 80, ganhou significado, frente ao anterior dominante café. Este é também o caso dos produtos da carne, cujos recentes dados indicam uma crescente importância na exportação, fazendo com que o Brasil, em caso de plena realização dos acordos do GATT, aumente suas expectativas de, ao longo prazo, melhorar sua posição no mercado internacional. Essas tendências refletem a política de modernização conservadora e demons-

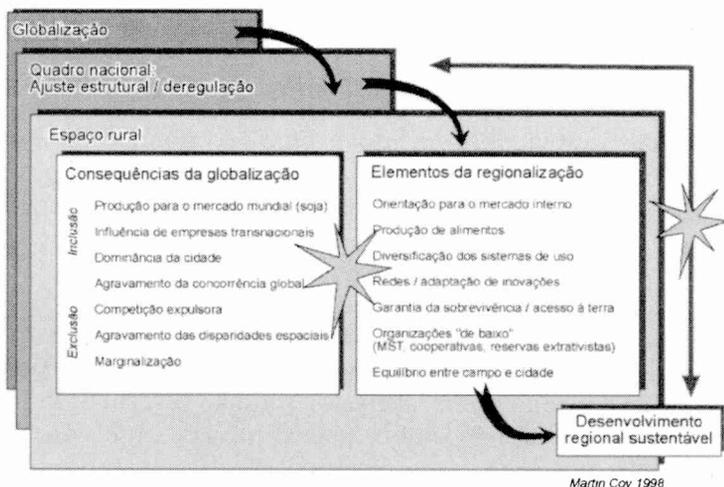
tram uma possível vulnerabilidade do setor agrário brasileiro perante a globalização.

3. Formas de inclusão no espaço rural brasileiro

A globalização atua sobre distintos campos: economicamente sobre as vias de bens e mercados financeiros; politicamente sobre a posição do estado nacional e novas formas de constituição de um regime global; informacionalmente sobre a alteração na evolução da comunicação e de decisões; e socio-culturalmente sobre a mudança dos estilos de vida e novos padrões de migração (Krätke 1995). Além disso, ela interfere sobre a esfera local através de políticas nacionais, como por exemplo através de políticas neoliberais de reajuste e de desregularização (Danielzyk/Ossenbrügge 1996). Porém, os níveis locais não perdem de forma alguma valor nesse contexto, muito pelo contrário: observa-se uma reestruturação, e, em parte, uma revalorização das interdependências locais/regionais, como adaptação ou reação em relação à globalização. Esse fenômeno é qualificado como *glocalização* ou regionalização (Krätke 1995). A globalização, por sua vez, provoca uma seleção setorial, social e regional, e uma crescente fragmentação entre inclusão e exclusão, principalmente nos países do «Terceiro Mundo». Somente segmentos da economia, da sociedade e das regiões dos países em desenvolvimento ajustam-se à globalização, os outros, em contrapartida, são deixados em segundo plano.

O espaço rural brasileiro também não se encontra fora da influência da globalização (cf. Fig. 2). Em vista da orientação da agricultura para fora, os espaços modernizados agrários estão sujeitos, antes de mais nada, a uma crescente vulnerabilidade econômica, e não só através da desregularização estatal, mas também através das relações diretas com os mercados globais e da crescente influência das bolsas de valores internacionais. Desse modo, as decisões comerciais tomadas por atores locais serão cada vez mais influenciadas pela competição global e pela concorrência dos espaços de produção. Tendências à liberalização, como a do *Uruguay Round* do GATT, puderam fortalecer ainda mais esse desenvolvimento. E, somando-se a isso, há os interesses diretos dos *global players* quanto ao espaço rural. Empresas transnacionais desempenham, no entanto, papel decisivo nos campos da biotecnologia, da produção de sementes e dos produtos químicos agrícolas (Blumenschein 1995).

Figura 2: O espaço rural brasileiro entre globalização e regionalização



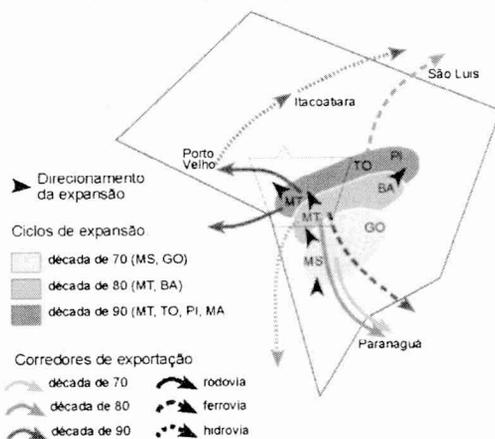
Em virtude das influências da globalização, ocorre também nos espaços rurais o aumento do significado das cidades como centros de controle e intervenção. Elas são espaços de vida e ação de novos atores rurais, por exemplo fazendeiros modernos, cujos estilos de vida e raios de ação, no âmbito da globalização, contrastam crescentemente com os de grupos camponeses (ao exemplo do Norte Matogrossense cf. Coy 1991). Estes, assim como outros grupos organizados territorialmente (p.ex. grupos indígenas), são cada vez mais isolados sob pressão da globalização. Eles são privados dos seus direitos de dispor sobre a terra ou sobre o conhecimento, e são marginalizados espacialmente, p.ex. pelo deslocamento para as periferias das cidades. A globalização também promove, portanto, a fragmentação entre inclusão e exclusão no espaço rural (Coy/Neuburger 1999).

Principalmente através do exemplo do complexo da soja podem ser verificadas as influências da globalização no espaço agrário. Em apenas poucos anos, o Brasil consolidou uma posição importante no mercado mundial desse produto. O boom ocorreu nas décadas de 60 e 70 nos três estados do sul, e fez com que houvesse um processo de expansão das principais regiões de cultivo, ascendendo, assim, os espaços interiores do Centro-Oeste brasileiro como grupos de ponta das regiões de produção de soja (cf. Fig. 3).

Figura 3

A globalização da periferia

Expansão do complexo da soja na Centro-Oeste brasileiro



Martin Coy 1996

O boom da soja do sul no Brasil e, posteriormente, na região sul do Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Goiás) cedeu lugar, durante a década de 80, a um vasto território, que vai do Mato Grosso até o oeste da Bahia, conquistando, assim, as regiões de cerrado no noroeste do Mato Grosso (Chapada dos Parecis), o Tocantins, além do sul do Piauí e o sul do Maranhão (Coy/Lücker 1993). Essa recente expansão do cultivo da soja está relacionada aos seguintes fatores:

1. Disponibilidade de grandes reservas de terra no cerrado,
2. condições favoráveis de saída para a derrubada e mecanização dos chamados chapadões,
3. desenvolvimento de novas espécies adaptadas à realidade climática,
4. preços muito baixos da terra, em comparação ao sul do Brasil, e
5. imigração de fazendeiros do sul do Brasil, que, com a venda de seus bens, puderam adquirir grandes áreas de terra na região dos cerrados.

Esse grupo relativamente homogêneo de gaúchos, catarinenses e paranaenses determina, cada vez mais, as estruturas sócio-econômicas das no-

vas ilhas de modernização no Centro-Oeste. Contudo, acabam por assumir funções de uma elite econômica, política e cultural, o que contribuiu para uma mudança na identidade da região.

O recente desenvolvimento dos enclaves de modernização do cerrado pode ser interpretado como sendo o direcionamento à inclusão da periferia no processo de globalização, sob condições gerais de desregulamentação. Depois de o Estado ter influenciado o desenvolvimento por meio de programas especiais, o capital nacional privado e de origem internacional assumiram as iniciativas. Empresas multinacionais do meio agrário se engajaram, então, na produção de sementes e na biotecnologia, investidores japoneses financiaram o programa PRODECER, visando à exploração dessa região. A melhoria da infra-estrutura em comunicação - por exemplo, telefonia celular, ligação à internet, instituição de canais próprios de TV com satélite para o comércio agrário «des-territorializado» - deve, neste caso, ajudar a compensar as desvantagens dos produtores, os quais se encontram à periferia da concorrência global.

A grande distância para as agroindústrias e os portos de exportação foi desde o início um problema da região do cerrado. Por isso, os grupos de pressão regionais passaram a reivindicar a criação de novos corredores de exportação - e, com isso, naturalmente, uma orientação funcional imediata dos espaços de produção para o mercado ultramarino -, a fim de que pudessem ter êxito na concorrência nacional e global. Até os dias de hoje, o transporte se realiza principalmente por estradas até os portos de exportação. Nos últimos anos da década de 80, no entanto, o projeto da transformação do rio Paraguai em uma via fluvial internacional se tornou o centro dos interesses (Friedrich 1995). Este projeto, que é muito discutível por motivos ecológicos, era visto como possibilidade de ligação ao nascente mercado do Mercosul. O seguinte grande projeto foi empreendido no início dos anos 90, e dizia respeito à construção de uma estrada de ferro ligando o leste ao oeste (Ferrovia Leste-Oeste). Inovador neste projeto é que ele deveria ter sido financiado pelo considerável caixa particular do, na época, pretense maior produtor de soja do mundo: o empresário paulista Olacyr de Moraes. Porém, este projeto acabou caindo em farsa, por problemas de financiamento. Além disso, o novo «rei da soja» brasileiro, Blairo Maggi, criou, paralelamente, um corredor próprio de exportação, partindo das suas regiões de produção do oestematogrossense em direção ao norte, inicialmente por estrada até Porto Velho, e de lá por navio para um terminal de porto particular em Itacoatiara no Amazonas, onde é efetuado o transbordo em navios de grande porte (Friedrich, Pasca 1998). Esse exemplo mostra não só como as re-

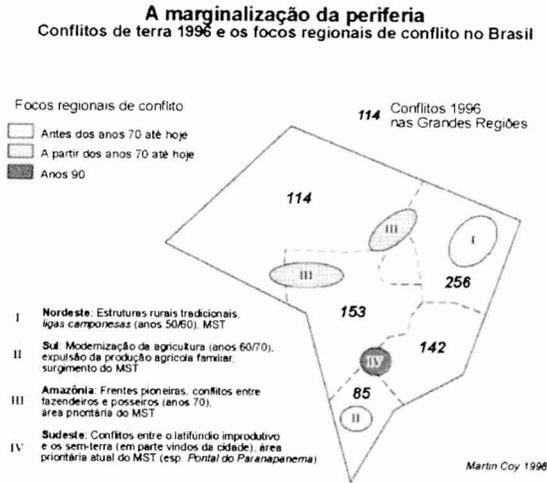
giões periféricas, pelo menos parcialmente, se desligam dos centros do sul do Brasil, mas também como a iniciativa privada assume a função dirigente do Estado, incentivando a orientação da periferia para a globalização. Neste caso, os interesses do capital privado pouco levam em consideração os perigos ecológicos e as necessidades de sobrevivência dos grupos indígenas, cujos territórios foram atravessados pelos novos corredores.

4. Formas de exclusão no espaço rural brasileiro

O Brasil pertence até hoje aos países que apresentam maior concentração de terras. E, em consequência da modernização conservadora e da ausência da reforma agrária, essa situação se tornou ainda mais crítica (Oliveira 1995). Segundo o censo agropecuário de 1985, 90 % dos estabelecimentos, que apresentavam uma área inferior a 100 ha, representavam apenas 21 % da área total do país, enquanto somente 1 % dos estabelecimentos com área superior a 1.000 ha dominavam quase 44 % da área. Somente os 26 maiores latifúndios brasileiros ocupam uma área que corresponde ao estado de São Paulo (Oliveira 1995). O censo agropecuário mais recente, de 1995, aponta, no entanto, uma diminuição do significado dos grandes estabelecimentos e o aumento do número dos pequenos estabelecimentos, principalmente do número de posseiros. Apesar da política de modernização acelerada, o campesinato brasileiro, que exerce sobretudo uma agricultura familiar de sobrevivência, de forma alguma desapareceu. Tanto neste caso, como no de posseiros e diaristas do campo, verifica-se, de forma particular, uma pobreza absoluta generalizada, pois, embora o Brasil tenha subido do 68º para o 62º lugar no rang mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo os recentes estudos da UNDP, as disparidades sociais e regionais internas em relação ao nível de vida e ao desenvolvimento humano se agravam cada vez mais e correspondem à diferença entre a Serra Leoa e o Canadá.

As extremas disparidades agrário-estruturais são desde sempre causa de violentos conflitos. Por exemplo, a confrontação no campo nos anos 90 aumentou abruptamente, o que pode ser verificado na Figura 4 nos números de conflitos de terra nas diferentes regiões brasileiras (Piccoli/Mato 1997; David et al. 1997).

Figura 4



As regiões brasileiras que apresentam maiores números de conflitos de terra podem ser classificadas quanto a sua origem, a sua base de formação, e em relação às atividades dos movimentos sociais:

1. Estruturas agrárias injustas fazem com que o Nordeste seja até hoje um foco dos conflitos de terra. Aqui agiram já nos anos 50 e 60 as ligas camponesas, cuja repressão, na ocasião, está relacionada ao golpe militar de 1964.
2. A partir da década de 60 houve um notável aumento dos conflitos no sul, que estavam sempre relacionados à agricultura familiar camponesa, que, por sua vez, devido à modernização conservadora, levou a desalojamentos. Isso resultou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), no fim da década de 70, o qual é hoje sem dúvida, o mais ativo movimento social brasileiro (Fatheuer 1997; Stédile 1997).
3. Com o avanço da fronteira agrícola e com a expansão simultânea de grandes estabelecimentos agropecuários durante os anos 70 e 80, as principais zonas de conflito foram deslocadas para o Centro-Oeste e sobretudo em direção à Amazônia. Principalmente os recentes conflitos de terra no sudoeste paraense (Eldorado 1996) e em Rondônia (Corumbiara 1995) demonstram a violência no campo amazônico.

- Além dos conflitos entre posseiros e fazendeiros, pertencem também aos partidos conflitantes os grupos indígenas, os seringueiros e garimpeiros, assim como os madeireiros e as empresas de mineração.
4. Devido aos conflitos de terra e às atividades do MST desde o final dos anos 80, parte do sudoeste - principalmente o estado de São Paulo - tornou-se o centro dos interesses (Fernandes 1996). Somente na região do Pontal do Paranapanema houveram, em 1996, 43 invasões de terra pelo MST, que resultaram em assentamentos por volta de 4.000 famílias. Outras 3.000 invadiram no mesmo ano certa de 10 fazendas na mesma região.

Essas pequenas indicações fazem com que a questão atual da terra no Brasil tenha um alcance político e social, o que significa que ela não perdeu de forma alguma o seu poder. Alguns vêem no MST uma das poucas armas de luta contra a onipotência do Neoliberalismo. As atividades do MST causaram também um maior interesse da opinião pública internacional na questão agrária brasileira.

No decorrer dos anos, entretanto, os objetivos e prioridades do Movimento dos Sem-Terra se modificaram (Stédile 1997). Enquanto no início dos anos 80 as discussões giravam principalmente em torno da consciência de uma reforma agrária atrasada, na segunda metade dos anos 80, frente à confrontação com a poderosa organização dos fazendeiros, a União Democrática Ruralista (UDR), a consolidação do MST, como movimento nacional, ficou em primeiro plano. Nos últimos anos o Movimento dos Sem-Terra encaminhou-se fortemente, sob o lema «ocupar, resistir, produzir», em direção à organização de assentamentos e no desenvolvimento das condições de produção camponesa (por exemplo também em cooperativas). Desse modo, não se trata mais somente de assegurar a sobrevivência, mas também de uma maior inserção dos produtores camponeses no mercado e, com isso, da aceitação pelo menos parcial dos princípios da modernização. Assim, mecanização, cultivo da soja, contratos com agroindústrias ou até mesmo projetos agroindustriais próprios não são nenhuma raridade nos assentamentos do MST.

5. Elementos para um desenvolvimento sustentável no espaço rural brasileiro

Por fim, trataremos dos caminhos alternativos de desenvolvimento para o espaço rural brasileiro, que se orientam no princípio da sustentabilidade (Bursztyn 1993; Cavalcanti 1995; ao exemplo das frentes pioneiras na

Amazônia Coy/Neuburger 1999). Os primeiros indícios nesta direção já podem ser observados. Estes dizem respeito, inicialmente, à consolidação e diversificação do setor agrário modernizado, a fim de que ele solucione a dependência exclusiva do mercado. Trata-se, então, da estabilização dos «setores incluídos» da agricultura e do espaço rural. Além disso, o desenvolvimento alternativo se refere às condições de produção e reprodução necessárias para os «setores excluídos» do campesinato, dos Sem-Terra ou ainda dos grupos tradicionais (indígenas, seringueiros etc.) por um lado, por outro à melhoria das possíveis chances de desenvolvimento local e regional, assim como à conservação dos recursos naturais a longo prazo na base de sistemas de uso ecologicamente adaptados. Em geral, busca-se tanto o sistema e a organização da produção agrícola, como ainda a organização social e territorial do espaço rural. Tendo em vista as influências e conflitos entre medidas locais e superiores para a realização de um desenvolvimento regional sócio-econômico e ecologicamente sustentável (cf. Fig. 2), os seguintes campos de ação são de grande importância:

1. A orientação para a «segurança alimentícia», por exemplo, através de incentivos para a produção de alimentos e para circuitos econômicos regionais.
2. A redução dos riscos de vulnerabilidade decorrente da orientação para fora e da monocultura, através da diversificação da produção e da diminuição dos riscos de mercado.
3. Fortalecimento regional das estruturas de rede sócio-econômica formal e informal, assim como da adaptação de técnicas de produção e inovações às realidades regionais.
4. Garantia da estável sobrevivência sócio-econômica para todos os grupos sociais do espaço rural, que diz respeito ao acesso à terra, isto é, a realização da reforma agrária. Neste contexto, os movimentos sociais do campo (MST, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, entre outros), as organizações de auto-ajuda e a segurança dos espaços de produção (por exemplo, para tradicionais formas de produção), em relação à estabilização da situação de vida dos grupos marginalizados, têm também grande significado.

Portanto, o espaço rural não pode ser observado isoladamente do espaço urbano. O aumento da interdependência social e econômica campocidade é uma das consequências mais significantes da modernização, cu-

jos vencedores e perdedores do espaço rural encontram-se nas crescentes cidades. Por isso, no âmbito do desenvolvimento sustentável, a regionalização significa nada mais que um equilíbrio sócio-econômico entre campo e cidade (Coy/Neuburger 1999).

Concluindo, o desenvolvimento sustentável pressupõe, sobretudo, justiça sincrônica e diacrônica, da mesma forma como uma viabilidade ecológica e sócio-econômica no futuro. Isso se dá, porém, não só através de medidas estatais «de cima», mas, principalmente, através do *enablement* dos envolvidos, isto é, pela conscientização, responsabilidade e participação. O movimento brasileiro dos Sem-Terra poderia indicar um caminho neste sentido.

Bibliografia

- BECKER, B. K. / EGLER, C. A. G. (1992): *Brazil: a new regional power in the world-economy*, Cambridge.
- BLUMENSCHNEIDER, M. (1995): «Die modernisierte Landwirtschaft des Cerrado und ihre Bedeutung für eine nachhaltige Entwicklung der Pantanal-Region», em: Kohlhepp, G. (Ed.): *Mensch-Umwelt-Beziehungen in der Pantanal-Region von Mato Grosso/Brasilien*, Tübingen, 221-246 (Beiträge zur angewandten geographischen Umweltforschung. Tübinger Geographische Studien 114).
- BURSZTYN, M. (Hrsg.) (1993): *Para pensar o desenvolvimento sustentável*, São Paulo.
- CAVALCANTI, C. (Hrsg.) (1995): *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*, São Paulo.
- COY, M. (1988): *Regionalentwicklung und regionale Entwicklungsplanung an der Peripherie in Amazonien. Probleme und Interessenkonflikte bei der Erschließung einer jungen Pionierfront am Beispiel des brasilianischen Bundesstaates Rondônia*, Tübingen (Tübinger Geographische Studien 97).
- COY, M. (1991): «The frontier of North Mato Grosso between soybean production, timber extraction and gold mining. Incorporation and differentiation of new social spaces by private colonization and spontaneous processes», em: Kleinpenning, J.M.G. (Ed.): *The incorporative drive. Examples from Latin America*, Saarbrücken / Fort Lauderdale, 40-58 (Nijmegen Studies in Development and Cultural Change 8).
- COY, M. (1998): «Sozialgeographische Analyse raumbezogener nachhaltiger Zukunftsplanung», em: Heinritz, G.; Wiessner, R., Winiger, M. (Eds.): *Nachhaltigkeit als Leitbild der Umwelt- und Regionalentwicklung in Europa. 51. Deutscher Geographentag Bonn 1997*, Vol. 2, Stuttgart, 56-66.
- COY, M. / LÜCKER, R. (1993): *Der brasilianische Mittelwesten. Wirtschafts- und sozialgeographischer Wandel eines peripheren Agrarraumes*, Tübingen (Tübinger Geographische Studien 108).
- COY, M. / NEUBURGER, M. (1999): *As frentes pioneiras na Amazônia brasileira entre globalização e sustentabilidade*, Buenos Aires (I Encuentro Internacional Humboldt) (CD-Rom).
- DANIELZYK, R. / OSSENBRÜGGE, J. (1996): «Globalisierung und lokale Handlungsspielräume. Raumentwicklung zwischen Globalisierung und Regionalisierung», em: *Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie* 40(1/2), 101-112.
- DAVID, M. B. de Albuquerque / WANIEZ, Ph. / BRUSTLEIN, V. (1997): «Atlas dos beneficiários da reforma agrária», em: *Estudos Avançados* 11(31), 51-68.
- FATHEUER, T. (1997): «Die Wiederkehr des Verdrängten. Agrarreform und soziale Bewegungen in Brasilien», em: Gabbert, K. et al. (Eds.): *Land und Freiheit*, Bad Honnef, 66-80 (Lateinamerika. Analysen und Berichte 21).
- FERNANDES, B. Mançano (1996): *MST - Formação e territorialização em São Paulo*, São Paulo.
- FRIEDRICH, M. (1995): «Hidrovia Paraná - Paraguai. Wirtschaftliche, soziale und ökologische Konsequenzen für das Pantanal und den Einzugsbereich des Oberen Rio Paraguai», em: Kohlhepp, G. (Ed.): *Mensch-Umwelt-Beziehungen in der Pantanal-Region von Mato Grosso/Brasilien*, Tübingen, 125-156 (Beiträge zur angewandten geographischen Umweltforschung. Tübinger Geographische Studien 114).

- FRIEDRICH, M. / PASCA, D. (1998): «Indianer/Brasilien: Wasserstraßen gefährden Lebensraum», em: *Pogrom* 199, 41-43.
- GOODMAN, D. / SORJ, B. / WILKINSON, J. (1985): «Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira», em: *Revista de Economia Política* 5(4), 31-56.
- IBGE (1999): *Anuário Estatístico do Brasil 1998*, Rio de Janeiro (CD-ROM).
- KOHLHEPP, G. (1991): «Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no norte do Paraná», em: *Revista Brasileira de Geografia* 52(2), 79-94.
- KRÄTKE, S. (1995): «Globalisierung und Regionalisierung», em: *Geographische Zeitschrift* 83(3/4), 207-221.
- MARTINE, G. / GARCÍA, R. Coutinho (eds.) (1987): *Os impactos sociais da modernização agrícola*, São Paulo.
- OLIVEIRA, A. U. de (1988): *A geografia das lutas no campo*, São Paulo.
- OLIVEIRA, A. U. de (1995): «A agricultura brasileira: Desenvolvimento e contradições», em: Becker, B. K. et al. (Eds.): *Geografia e meio ambiente no Brasil*, São Paulo, 280-306.
- PICCOLI, D. / MATO, A. (1997): «Conflitos no campo 96: Balanço e perspectivas», em: *Cadernos do CEAS* 172, 11-20.
- SANTOS, M. (1993): *A urbanização brasileira*, São Paulo.
- STÉDILE, J. P. (eds.) (1997): *A reforma agrária e a luta do MST*, Petrópolis.
- WINDFUHR, M. (1997): «Die Rolle des Agrarsektors. Politische und rechtliche Rahmenbedingungen von Ernährungssicherheit», em: Gabbert, K. et al. (Eds.): *Land und Freiheit*, Bad Honnef, 17-32 (Lateinamerika. Analysen und Berichte 21).